

1. Dados do Justiça em Números - Série histórica 2004 a 2008

TJ - Minas Gerais Justiça em Números 2004 a 2008

Insumos, Dotações e Graus de Utilização

Dados Gerais do Estado	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
PIB - Produto Interno Bruto ¹	R\$ 213.836.249.457	2,8%	R\$ 219.798.010.215	8,1%	R\$ 237.632.571.399	4,9%	R\$ 249.361.935.017	5,0%	R\$ 261.942.606.393	22,5%
GT - Gasto Total do Estado (Despesa Pública) ¹	R\$ 26.200.147.633	10,1%	R\$ 28.857.807.779	11,2%	R\$ 32.101.376.956	7,0%	R\$ 34.358.049.838	3,7%	R\$ 35.627.462.439	36,0%
h1 - Número Total de Habitantes	18.993.720	1,3%	19.237.450	1,3%	19.479.356	-1,1%	19.273.533	3,0%	19.850.072	4,5%

Despesas do Judiciário	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Dpj - Despesa Total da Justiça ¹	R\$ 1.364.447.183,36	21,7%	R\$ 1.659.920.885,90	6,8%	R\$ 1.772.337.325,48	7,1%	R\$ 1.898.531.795,37	3,6%	R\$ 1.967.147.077,68	44,2%
Prh - Despesa com Pessoal (Recursos Humanos) ¹	R\$ 1.289.473.183,83	18,4%	R\$ 1.526.678.646,45	5,1%	R\$ 1.604.811.062,10	11,6%	R\$ 1.791.614.211,71	3,6%	R\$ 1.855.332.152,07	43,9%
Bs - Despesa com Bens e Serviços ¹	R\$ 74.973.999,53	77,7%	R\$ 133.242.239,45	25,7%	R\$ 167.526.263,37	-36,2%	R\$ 106.917.583,66	4,6%	R\$ 111.814.925,61	49,1%
G ₁ - Despesa Total sobre o PIB	0,64%		0,76%		0,75%		0,76%		0,75%	
G ₂ - Despesa Total sobre a Despesa Pública	5,21%		5,75%		5,52%		5,53%		5,52%	
G ₃ - Despesa com Pessoal sobre a Despesa Total	94,5%		92,0%		90,5%		94,4%		94,3%	
G ₄ - Despesa com Bens e Serviços sobre a Despesa Total	5,5%		8,0%		9,5%		5,6%		5,7%	
G ₇ - Despesa Total por Habitante	R\$ 59,57		R\$ 75,62		R\$ 82,25		R\$ 93,01		R\$ 99,10	

Receitas do Judiciário	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
T - Custas e Recolhimentos Diversos ¹	R\$ 169.440.871,11	46,4%	R\$ 247.981.161,96	26,3%	R\$ 313.277.794,04	56,6%	R\$ 490.563.683,37	-20,8%	R\$ 388.374.176,00	129,2%
i - Receitas de Execução Fiscal ¹	R\$ 338.053.519,47	-32,0%	R\$ 229.952.667,15	5,7%	R\$ 243.077.390,99	-32,0%	R\$ 165.354.003,61	289,2%	R\$ 643.483.221,64	90,3%
Receitas totais	R\$ 507.494.390,58	-5,8%	R\$ 477.933.829,12	16,4%	R\$ 556.355.185,04	17,9%	R\$ 655.917.686,98	57,3%	R\$ 1.031.857.397,64	103,3%
DepJud - Depósitos Judiciais ¹	R\$ 1.275.843.713,2	27,8%	R\$ 1.629.982.622,3	24,7%	R\$ 2.033.000.219,8	13,5%	R\$ 2.308.315.891,2	9,2%	R\$ 2.519.905.705,0	97,5%
I ₁ - Valores Recolhidos sobre a Despesa Total	12,4%		14,9%		17,7%		25,8%		19,7%	
I ₂ - Receitas Decorrentes de Execução Fiscal sobre a Despesa Total	24,8%		13,9%		13,7%		8,7%		32,7%	

Estrutura	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Mag - Número total de Magistrados do Estado	913	0,2%	915	4,4%	955	2,5%	979	1,1%	990	8,4%
Paux - Total de Pessoal Auxiliar	17.577	-6,6%	16.415	25,2%	20.550	-1,7%	20.192	16,9%	23.597	34,2%
Pap - Total de Pessoal Auxiliar do Quadro Efetivo	7.833	-9,6%	7.082	77,3%	12.555	3,3%	12.975	3,6%	13.443	71,6%
G ₈ - Magistrados por 100.000 habitantes	4,8		4,8		4,9		5,1		5,0	
G ₉ - Pessoal Auxiliar por 100.000 habitantes	92,5		85,3		105,5		104,8		118,9	
G ₁₀ - Pessoal do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	41,2		36,8		64,5		67,3		67,7	

(¹) - Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE - preço de dez/2008

1. Dados do Justiça em Números - Série histórica 2004 a 2008

TJ - Minas Gerais

Justiça em Números 2004 a 2008

Informatização	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Ginf - Gastos com Informática ¹	R\$ 14.257.003,60	159,2%	R\$ 36.960.598,66	-21,2%	R\$ 29.113.514,34	-37,3%	R\$ 18.243.322,06	81,7%	R\$ 33.155.579,57	132,6%
Comp - Número de computadores de uso pessoal	11.180	11,4%	12.450	12,1%	13.961	13,5%	15.851	-0,3%	15.798	41,3%
Ui - Usuários de Computador	17.032	1,7%	17.330	3,6%	17.959	-5,4%	16.982	12,2%	19.056	11,9%
Inf ₁ - Gastos com Informática sobre a Despesa Total	1,0%		2,2%		1,6%		1,0%		1,7%	
Inf ₂ - Número de Computadores por Usuário	0,66		0,72		0,78		0,93		0,83	

(¹) - Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE - preço de dez/2008

Litigiosidade

Litigiosidade no 2º Grau	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Mag2 - Número de Magistrados de 2º grau	117	0,0%	117	2,6%	120	0,0%	120	-0,8%	119	1,7%
Cn2 - Casos Novos de 2º grau	144.797	10,9%	160.597	5,7%	169.697	13,5%	192.655	9,7%	211.301	45,9%
Cpj2 - Casos Pendentes de Julgamento no 2º grau	37.052	7,8%	39.956	132,2%	92.761	6,2%	98.551	2,7%	101.258	173,3%
Sent2 - Número de Decisões que põem fim ao Processo no 2º grau	91.479	15,8%	105.913	19,0%	126.072	19,0%	149.988	21,4%	182.147	99,1%
C _n 2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	762		835		871		1.000		1.064	
C _m 2º - Casos Novos por Magistrados no 2º Grau	1.238		1.373		1.414		1.605		1.776	
k _{2e} - Carga de Trabalho no 2º Grau	1.554		1.714		2.187		2.427		2.627	
Γ _{2e} - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	49,7%		47,2%		52,0%		48,5%		41,7%	
Decisões por Casos Novos no 2º Grau	63,2%		65,9%		74,3%		77,9%		86,2%	
Decisões por Magistrado no 2º Grau	782		905		1.051		1.250		1.531	

Litigiosidade no 1º Grau	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Mag1 - Número de Magistrados de 1º grau	667	-0,9%	661	5,3%	696	4,2%	725	1,1%	733	9,9%
Cn1 - Casos Novos de 1º grau	1.014.026	-28,2%	727.579	16,4%	847.097	9,1%	924.202	6,6%	985.361	-2,8%
Cpj1 - Casos Pendentes de Julgamento no 1º grau	1.841.653	6,9%	1.968.871	-3,1%	1.908.732	6,7%	2.036.965	3,8%	2.114.892	14,8%
Sent1 - Número de Sentenças no 1º Grau	601.655	-1,4%	593.247	13,5%	673.168	23,7%	832.569	13,3%	943.134	56,8%
C _n 1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	5.339		3.782		4.349		4.795		4.964	
C _m 1º - Casos Novos por Magistrados no 1º Grau	1.520		1.101		1.217		1.275		1.344	
k _{1e} - Carga de Trabalho no 1º Grau	4.281		4.079		3.960		4.084		4.230	
Γ _{1e} - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	78,9%		78,0%		75,6%		71,9%		69,6%	
Sentenças por Casos Novos no 1º Grau	59,3%		81,5%		79,5%		90,1%		95,7%	
Sentenças por Magistrado no 1º Grau	902		897		967		1.148		1.287	

1. Dados do Justiça em Números - Série histórica 2004 a 2008

TJ - Minas Gerais Justiça em Números 2004 a 2008

<i>Litigiosidade na Turma Recursal</i>	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
MagTR - Número de Magistrados na Turma Recursal	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	8.623	104,8%	17.660	10,4%	19.496	20,1%	23.423	-0,9%	23.222	169,3%
CpjTR - Casos Pendentes de Julgamento na Turma Recursal	3.539	56,8%	5.549	32,1%	7.333	46,9%	10.770	11,5%	12.007	239,3%
SentTR - Número de Decisões que põem fim ao Processo na Turma Recursal	10.900	51,5%	16.509	8,1%	17.852	33,4%	23.806	21,8%	28.998	166,0%
C _h TR - Casos Novos por 100.000 habitantes na Turma Recursal	45		92		100		122		117	
C _m TR - Casos Novos por Magistrados na Turma Recursal	indisponível		indisponível		indisponível		indisponível		indisponível	
k _{TR} - Carga de Trabalho na Turma Recursal	indisponível		indisponível		indisponível		indisponível		indisponível	
Γ _{TR} - Taxa de Congestionamento na Turma Recursal	10,4%		28,9%		33,5%		30,4%		17,7%	
Decisões por Casos Novos na Turma Recursal	126,4%		93,5%		91,6%		101,6%		124,9%	
Decisões por Magistrado na Turma Recursal	-		-		-		-		-	

<i>Litigiosidade no Juizado Especial</i>	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
MagJE - Número de Magistrados no Juizado Especial	129	6,2%	137	1,5%	139	-3,6%	134	3,0%	138	7,0%
CnJE - Casos Novos no Juizado Especial	559.807	-14,1%	480.639	19,8%	575.815	-3,8%	554.142	3,0%	570.768	2,0%
Cpje - Casos Pendentes de Julgamento no Juizado Especial	367.538	-11,7%	324.503	1,6%	329.684	3,5%	341.195	-0,6%	339.070	-7,7%
SentJE - Número de Sentenças no Juizado Especial	318.936	69,3%	540.041	-5,8%	508.944	-2,8%	494.732	7,4%	531.272	66,6%
C _h JE - Casos Novos por 100.000 habitantes no Juizado Especial	2.947		2.498		2.956		2.875		2.875	
C _m JE - Casos Novos por Magistrados no Juizado Especial	4.340		3.508		4.143		4.135		4.136	
k _{JE} - Carga de Trabalho no Juizado Especial	7.189		5.877		6.514		6.682		6.593	
Γ _{JE} - Taxa de Congestionamento no Juizado Especial	65,6%		32,9%		43,8%		44,7%		41,6%	
Sentenças por Casos Novos no Juizado Especial	57,0%		112,4%		88,4%		89,3%		93,1%	
Sentenças por Magistrado no Juizado Especial	2.472		3.942		3.661		3.692		3.850	

<i>Litigiosidade Total</i>	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Número de Magistrados	913	0,2%	915	4,4%	955	2,5%	979	1,1%	990	8,4%
Casos Novos	1.727.253	-19,7%	1.386.475	16,3%	1.612.105	5,1%	1.694.422	5,7%	1.790.652	3,7%
Casos Pendentes de Julgamento	2.249.782	4,0%	2.338.879	0,0%	2.338.510	6,4%	2.487.481	3,2%	2.567.227	14,1%
Número de Sentenças	1.022.970	22,8%	1.255.710	5,6%	1.326.036	13,2%	1.501.095	12,3%	1.685.551	64,8%
C _h - Casos Novos por 100.000 habitantes	9.094		7.207		8.276		8.791		9.021	
C _m - Casos Novos por Magistrados	1.892		1.515		1.688		1.731		1.809	
k - Carga de Trabalho	4.343		4.046		4.109		4.237		4.366	
Γ - Taxa de Congestionamento	74,3%		66,3%		66,4%		64,1%		61,3%	
Sentenças por Casos Novos	59,2%		90,6%		82,3%		88,6%		94,1%	
Sentenças por Magistrado	1.120		1.372		1.389		1.533		1.703	

1. Dados do Justiça em Números - Série histórica 2004 a 2008

TJ - Minas Gerais
Justiça em Números 2004 a 2008

RECORRIBILIDADE E REFORMA DE DECISÕES

Recorribilidade Externa

<i>Recorribilidade Externa no 2º Grau</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
Rsup2 - Recursos à Instância Superior no 2º grau	20.048	4,1%	20.861	11,2%	23.188	13,3%	26.276	53,7%	40.390	101,5%
Pj2 - Acórdãos Publicados no 2º grau	78.521	16,0%	91.093	9,3%	99.601	10,5%	110.082	18,4%	130.287	65,9%
τ _{2º} - Taxa de Recorribilidade Externa no 2º Grau	25,5%		22,9%		23,3%		23,9%		31,0%	

<i>Recorribilidade Externa no 1º Grau</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
Rsup1 - Recursos à Instância Superior no 1º grau	38.230	100,1%	76.502	15,2%	88.143	18,3%	104.240	22,4%	127.575	233,7%
Pj1 - Processos Julgados no 1º Grau	612.039	-4,3%	585.817	13,4%	664.396	23,7%	821.673	13,2%	930.542	52,0%
τ _{1º} - Taxa de Recorribilidade Externa no 1º Grau	6,2%		13,1%		13,3%		12,7%		13,7%	

<i>Recorribilidade Externa no Juizado Especial</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
RsupJE - Recursos à Instância Superior no Juizado Especial	6.974	153,2%	17.660	-4,1%	16.931	35,7%	22.975	3,4%	23.766	240,8%
PjJE - Processos Julgados no Juizado Especial	465.011	16,1%	540.041	-6,0%	507.502	-3,2%	491.168	7,4%	527.421	13,4%
τ _{JE} - Taxa de Recorribilidade Externa no Juizado Especial	1,5%		3,3%		3,3%		4,7%		4,5%	

Recorribilidade Interna

<i>Recorribilidade Interna no 2º Grau</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
Rint2 - Recursos Internos no 2º grau	15.228	19,0%	18.117	20,9%	21.904	9,6%	24.008	19,2%	28.621	87,9%
D2 - Decisões no 2º grau	91.479	15,8%	105.913	19,0%	126.026	19,0%	149.965	21,5%	182.145	99,1%
τ _{int2º} - Taxa de Recorribilidade Interna no 2º Grau	16,6%		17,1%		17,4%		16,0%		15,7%	

<i>Recorribilidade Interna no 1º Grau</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
Rint1 - Recursos Internos no 1º grau	4.854	89,3%	9.189	12,7%	10.354	23,8%	12.816	13,6%	14.554	199,8%
D1 - Decisões no 1º grau	528.089	12,3%	593.247	13,5%	673.168	23,7%	832.569	13,3%	943.134	78,6%
τ _{int1º} - Taxa de Recorribilidade Interna no 1º Grau	0,9%		1,5%		1,5%		1,5%		1,5%	

<i>Recorribilidade Interna na Turma Recursal</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
RintTR - Recursos Internos na Turma Recursal	416	268,8%	1.534	-32,3%	1.039	226,1%	3.388	29,8%	4.398	957,2%
DTR - Decisões na Turma Recursal	10.900	51,5%	16.509	-38,6%	10.129	135,0%	23.806	21,8%	28.998	166,0%
τ _{intTR} - Taxa de Recorribilidade Interna na Turma Recursal	3,8%		9,3%		10,3%		14,2%		15,2%	

<i>Recorribilidade Interna no Juizado Especial</i>	2004	Varição 04 a 05	2005	Varição 05 a 06	2006	Varição 06 a 07	2007	Varição 07 a 08	2008	Varição 04 a 08
RintJE - Recursos Internos no Juizado Especial	1.374	129,8%	3.158	-7,7%	2.915	25,1%	3.648	7,8%	3.933	186,2%
DJE - Decisões no Juizado Especial	475.368	13,6%	540.041	-5,8%	508.941	-2,8%	494.732	5,9%	524.067	10,2%
τ _{intJE} - Taxa de Recorribilidade Interna no Juizado Especial	0,3%		0,6%		0,6%		0,7%		0,8%	

1. Dados do Justiça em Números - Série histórica 2004 a 2008

TJ - Minas Gerais
Justiça em Números 2004 a 2008
Reforma de Decisões

Reforma das Decisões no 2º Grau	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Rp2 - Recursos das Decisões de 2º grau Providos	indisponível	-	819	72,3%	1.411	28,4%	1.812	98,5%	3.596	-
Rj2 - Recursos das Decisões de 2º grau Julgados	885	106,1%	1.824	68,8%	3.078	12,2%	3.452	261,8%	12.488	1311,1%
Rd _{2º} - Taxa de Reforma da Decisão no 2º Grau	indisponível		44,9%		45,8%		52,5%		28,8%	

Reforma das Decisões no 1º Grau	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
Rp1 - Recursos das Decisões de 1º grau Providos	14.306	55,3%	22.213	29,2%	28.710	25,1%	35.909	17,5%	42.201	195,0%
Rj1 - Recursos das Decisões de 1º grau Julgados	55.011	35,9%	74.783	9,7%	82.059	26,8%	104.074	25,5%	130.633	137,5%
Rd _{1º} - Taxa de Reforma da Decisão no 1º Grau	26,0%		29,7%		35,0%		34,5%		32,3%	

Reforma das Decisões no Juizado Especial	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
RpJE - Recursos das Decisões de Juizado Especial Providos	2.472	51,2%	3.737	13,2%	4.229	43,9%	6.085	20,6%	7.337	196,8%
RjJE - Recursos das Decisões de Juizado Especial Julgados	10.900	53,1%	16.688	7,9%	18.011	32,2%	23.806	21,8%	28.998	166,0%
Rd _{JE} - Taxa de Reforma da Decisão no Juizado Especial	22,7%		22,4%		23,5%		25,6%		25,3%	

ACESSO À JUSTIÇA

Acesso à Justiça	2004	Variação 04 a 05	2005	Variação 05 a 06	2006	Variação 06 a 07	2007	Variação 07 a 08	2008	Variação 04 a 08
JG - Assistência Judiciária Gratuita ¹	R\$ 5.635.987,75	62,2%	R\$ 9.143.597,16	-2,8%	R\$ 8.889.988,88	1,8%	R\$ 9.051.399,87	47,9%	R\$ 13.391.174,18	137,6%
PA - Pessoas Atendidas	1.384.517	2,2%	1.415.499	13,0%	1.599.592	7,6%	1.721.626	1,7%	1.750.538	26,4%
A ₃ - Despesa com Assistência Judiciária sobre a Despesa Total	0,41%		0,55%		0,50%		0,48%		0,68%	
A ₄ - Despesa com Assistência Judiciária por habitante	R\$ 0,25		R\$ 0,42		R\$ 0,41		R\$ 0,44		R\$ 0,67	

(¹) - Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE - preço de dez/2008

As variações em destaque apresentam valor superior a 100% ou inferior a -50%.

3. Participação do Tribunal em relação a Justiça Estadual

Data da última atualização: 16/06/2009

TJ - Minas Gerais

Justiça em Números 2004 a 2008

Insumos, Dotações e Graus de Utilização

Dados Gerais do Estado	2004	2005	2006	2007	2008
PIB - Produto Interno Bruto ¹	9,1%	9,0%	9,1%	9,1%	9,1%
GT - Gasto Total do Estado (Despesa Pública) ¹	9,1%	9,2%	9,5%	9,6%	9,6%
h1 - Número Total de Habitantes	10,5%	10,4%	10,4%	10,5%	10,5%

Despesas do Judiciário	2004	2005	2006	2007	2008
Dpj - Despesa Total da Justiça ¹	9,7%	10,7%	10,5%	10,8%	10,3%
Prh - Despesa com Pessoal (Recursos Humanos) ¹	10,3%	11,2%	10,6%	11,2%	11,1%
Bs - Despesa com Bens e Serviços ¹	4,9%	7,1%	9,6%	6,5%	4,8%
Pe - Despesa com Pessoal e Encargos ¹	10,2%	10,9%	10,6%	10,9%	10,8%
Cca - Despesa com Custeio e Capital ¹	7,0%	9,8%	9,8%	10,3%	8,1%

Receitas do Judiciário	2004	2005	2006	2007	2008
T - Custas e Recolhimentos Diversos ¹	8,9%	10,9%	11,7%	16,7%	11,8%
i - Receitas de Execução Fiscal ¹	34,6%	25,2%	23,8%	15,7%	34,5%
Receitas Totais	17,7%	15,0%	15,1%	16,4%	20,0%
DepJud - Depósitos Judiciais ¹	5,8%	6,5%	6,9%	6,4%	5,9%

Estrutura	2004	2005	2006	2007	2008
Mag - Número total de Magistrados do Estado	9,4%	8,8%	8,8%	8,8%	8,9%
Paux - Total de Pessoal Auxiliar	10,8%	8,9%	10,4%	9,7%	10,9%
Pap - Total de Pessoal Auxiliar do Quadro Efetivo	6,3%	5,5%	9,2%	9,5%	9,5%

(¹) - Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE - preço de dez/2008

Informatização	2004	2005	2006	2007	2008
Ginf - Gastos com Informática ¹	5,3%	9,1%	9,2%	4,3%	8,0%
Comp - Número de computadores de uso pessoal	10,4%	9,2%	9,2%	9,5%	9,1%
Ui - Usuários de Computador	11,8%	10,4%	10,0%	8,7%	9,3%

(¹) - Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE - preço de dez/2008

3. Participação do Tribunal em relação a Justiça Estadual

Data da última atualização: 16/06/2009

TJ - Minas Gerais Justiça em Números 2004 a 2008

Litigiosidade

Litigiosidade no 2º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Mag2 - Número de Magistrados de 2º grau	10,6%	8,2%	8,3%	8,1%	7,9%
Cn2 - Casos Novos de 2º grau	16,5%	12,6%	11,3%	11,9%	11,3%
Cpj2 - Casos Pendentes de Julgamento no 2º grau	5,3%	4,2%	8,6%	8,3%	8,4%
Sent2 - Número de Decisões que põem fim ao Processo no 2º grau	12,3%	9,5%	9,2%	9,9%	10,3%

Litigiosidade no 1º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Mag1 - Número de Magistrados de 1º grau	8,6%	8,3%	8,4%	8,5%	8,5%
Cn1 - Casos Novos de 1º grau	10,6%	7,7%	8,1%	8,1%	8,0%
Cpj1 - Casos Pendentes de Julgamento no 1º grau	7,6%	7,3%	6,5%	6,3%	6,4%
Sent1 - Número de Sentenças no 1º Grau	9,0%	8,2%	8,5%	9,8%	10,2%

Litigiosidade na Turma Recursal	2004	2005	2006	2007	2008
MagTR - Número de Magistrados na Turma Recursal	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
CnTR - Casos Novos na Turma Recursal	7,2%	9,7%	8,3%	8,7%	7,2%
CpjTR - Casos Pendentes de Julgamento na Turma Recursal	14,0%	12,3%	10,5%	10,3%	10,0%
SentTR - Número de Decisões que põem fim ao Processo na Turma Recursal	18,1%	10,6%	8,9%	10,8%	11,4%

Litigiosidade no Juizado Especial	2004	2005	2006	2007	2008
MagJE - Número de Magistrados no Juizado Especial	14,9%	16,3%	15,9%	14,5%	15,2%
CnJE - Casos Novos no Juizado Especial	15,8%	11,8%	13,8%	13,5%	13,5%
CpjJE - Casos Pendentes de Julgamento no Juizado Especial	11,2%	9,2%	8,7%	8,4%	8,4%
SentJE - Número de Sentenças no Juizado Especial	10,1%	14,4%	12,5%	12,4%	13,0%

Litigiosidade Total	2004	2005	2006	2007	2008
Mag - Número de Magistrados	9,4%	8,8%	8,8%	8,8%	8,9%
Cn - Casos Novos	12,2%	9,3%	9,9%	9,7%	9,6%
Cpj - Casos Pendentes de Julgamento	8,0%	7,5%	6,8%	6,6%	6,7%
Sent - Número de Sentenças	9,6%	10,2%	9,8%	10,6%	11,0%

3. Participação do Tribunal em relação a Justiça Estadual

Data da última atualização: 16/06/2009

TJ - Minas Gerais

Justiça em Números 2004 a 2008

RECORRIBILIDADE E REFORMA DE DECISÕES

Recorribilidade Externa

Recorribilidade Externa no 2º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Rsup2 - Recursos à Instância Superior no 2º grau	13,9%	9,3%	7,9%	7,4%	11,1%
Pj2 - Acórdãos Publicados no 2º grau	10,5%	10,8%	8,8%	9,2%	9,5%

Recorribilidade Externa no 1º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Rsup1 - Recursos à Instância Superior no 1º grau	7,5%	7,7%	7,3%	8,0%	8,4%
Pj1 - Processos Julgados no 1º Grau	9,2%	6,4%	6,3%	7,4%	7,5%

Recorribilidade Externa no Juizado Especial	2004	2005	2006	2007	2008
RsupJE - Recursos à Instância Superior no Juizado Especial	5,5%	10,0%	7,7%	10,1%	10,3%
PjJE - Processos Julgados no Juizado Especial	14,5%	14,6%	12,7%	12,9%	15,5%

Recorribilidade Interna

Recorribilidade Interna no 2º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Rint2 - Recursos Internos no 2º grau	13,0%	9,7%	8,9%	8,6%	8,2%
D2 - Decisões no 2º grau	14,9%	10,9%	10,5%	11,2%	11,6%

Recorribilidade Interna no 1º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Rint1 - Recursos Internos no 1º grau	23,1%	34,7%	18,4%	17,8%	9,0%
D1 - Decisões no 1º grau	8,1%	9,3%	10,2%	10,0%	10,3%

Recorribilidade Interna na Turma Recursal	2004	2005	2006	2007	2008
RintTR - Recursos Internos na Turma Recursal	17,8%	8,2%	5,6%	16,0%	13,7%
DTR - Decisões na Turma Recursal	18,4%	10,5%	5,1%	10,6%	11,4%

Recorribilidade Interna no Juizado Especial	2004	2005	2006	2007	2008
RintJE - Recursos Internos no Juizado Especial	17,2%	20,1%	25,3%	26,0%	8,6%
DJE - Decisões no Juizado Especial	14,4%	17,0%	15,2%	12,7%	13,0%

3. Participação do Tribunal em relação a Justiça Estadual

Data da última atualização: 16/06/2009

TJ - Minas Gerais

Justiça em Números 2004 a 2008

Reforma de Decisões

Reforma das Decisões no 2º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Rp2 - Recursos das Decisões de 2º grau Providos	-	15,0%	27,7%	18,5%	18,1%
Rj2 - Recursos das Decisões de 2º grau Julgados	0,3%	5,2%	8,7%	6,5%	17,1%

Reforma das Decisões no 1º Grau	2004	2005	2006	2007	2008
Rp1 - Recursos das Decisões de 1º grau Providos	25,3%	13,6%	9,5%	8,7%	8,9%
Rj1 - Recursos das Decisões de 1º grau Julgados	28,3%	8,2%	7,8%	7,4%	9,3%

Reforma das Decisões no Juizado Especial	2004	2005	2006	2007	2008
RpJE - Recursos das Decisões de Juizado Especial Providos	14,9%	7,2%	7,8%	9,8%	8,5%
RjJE - Recursos das Decisões de Juizado Especial Julgados	13,8%	8,6%	6,5%	8,9%	13,6%

ACESSO À JUSTIÇA

Acesso à Justiça	2004	2005	2006	2007	2008
JG - Assistência Judiciária Gratuita ¹	8,1%	17,5%	15,7%	9,6%	12,7%
PA - Pessoas Atendidas	30,8%	12,5%	10,9%	10,4%	8,9%

(¹) - Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE - preço de dez/2008



Conselho Nacional de Justiça
Departamento de Pesquisas Judiciárias

JUSTIÇA EM NÚMEROS
Tribunal de Justiça de Minas Gerais

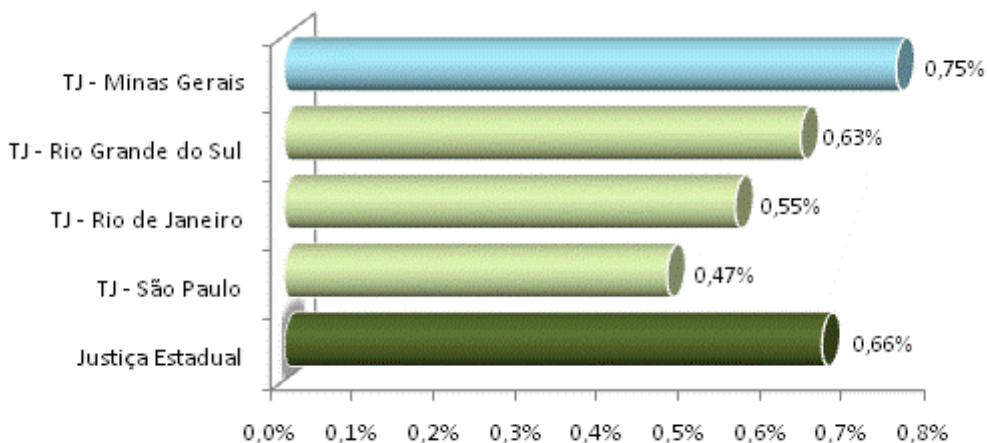
Brasília, julho de 2009.

BREVE ANÁLISE DOS DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

1. Despesa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A despesa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, durante o ano de 2008, foi de quase R\$ 2 bilhões, o que representou um gasto de 0,75% com relação ao PIB regional¹ (Figura 1) e, além disso, o custo anual de R\$ 99,1 por habitante². Desse total, mais de R\$ 1,8 bilhão foi destinado a gastos com Recursos Humanos – que inclui o salário, as férias, as gratificações, as passagens, a verba de gabinete, dentre outros dispêndios, o que equivale a 94,3% do total de suas despesas.

Figura 1 – Despesa Total da Justiça sobre o Produto Interno Bruto (PIB)

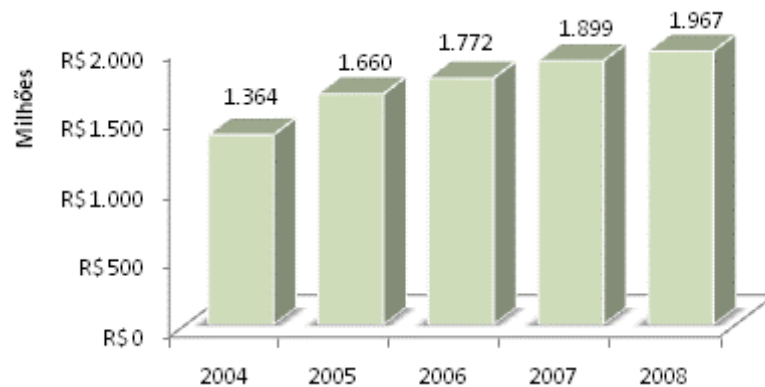


A despesa total do Tribunal de Justiça de Minas Gerais aumentou em 44,2% entre os anos de 2004 a 2008, inflacionada principalmente pelo crescimento de 21,7% entre 2004 e 2005. Os gastos com Recursos Humanos tiveram um acréscimo de 43,9%, enquanto que os gastos com Bens e Serviços aumentaram 49,1%. Este valor deve ser comparado com o aumento do PIB estadual que foi de 22,5%, ao longo do mesmo período.

¹ O PIB (Produto Interno Bruto) Nacional em 2008 foi de R\$ 2,9 trilhões, segundo divulgado pelo IBGE (www.ibge.gov.br). Para cálculo do PIB 2008 do Estado de Minas Gerais, utilizou-se a mesma proporção por Estado de 2006 (última estimativa por município do IBGE), aplicada ao PIB de 2008, chegando ao resultado de 261,9 bilhões.

² Utilizando por base a população de 01/07/2008 estimada pelo IBGE (www.ibge.gov.br).

Figura 2 - Despesa Total da Justiça TJMG - Série Histórica. Valores deflacionados pelo IPCA ref. Dez08

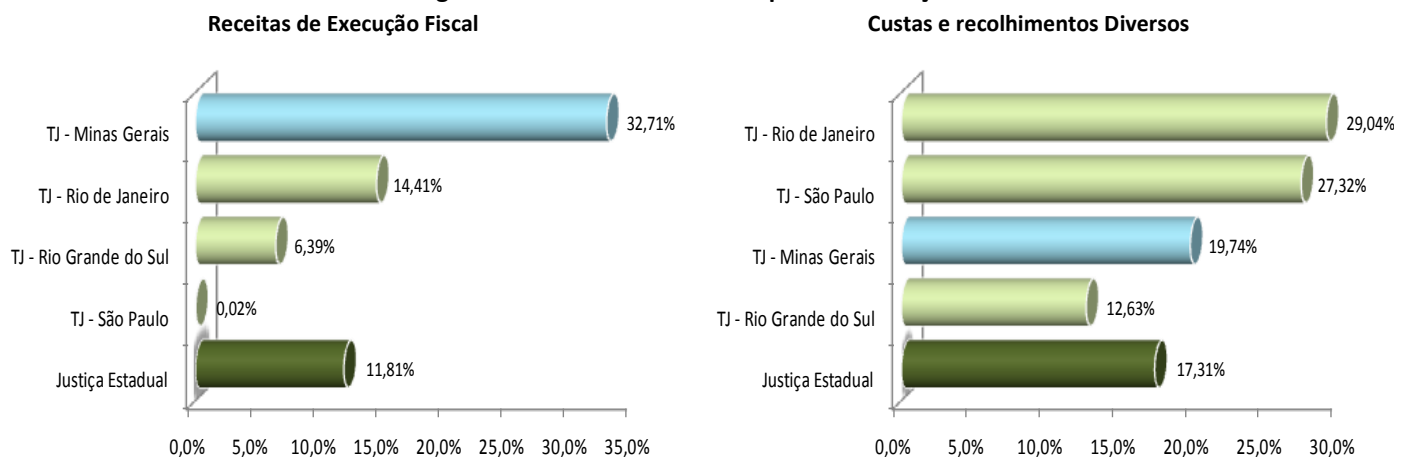


As despesas totais do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, quando comparadas às despesas totais da Justiça Estadual, correspondem a 10,3% do total gasto pela Justiça Estadual.

2. Arrecadação

Durante o exercício de 2008 foram arrecadados R\$ 388,3 milhões em custas e recolhimentos diversos e R\$ 643,4 milhões em receitas de execução fiscal. Essas importâncias equivalem a 19,7% e 32,7%, respectivamente, das despesas do Judiciário de Minas Gerais. É interessante notar que entre 2004 e 2008 essas receitas obtiveram um crescimento maior que a despesa total da Justiça, que foi igual a 103,3%, com base no total de receitas.

Figura 3 – Receitas sobre as Despesas da Justiça Estadual



O Tribunal de Justiça de Minas Gerais arrecadou, em 2008, cerca de 20% do total arrecadado pela Justiça Estadual.

3. Estrutura

O Tribunal de Justiça de Minas contava, ao final do ano de 2008, com 990 magistrados e 23.597 servidores (inclusive estagiários e terceirizados), sendo 13.443 (57%) pertencentes ao quadro efetivo. Pode-se observar que, durante os anos 2004 a 2008, o total da força de trabalho cresceu a uma razão média de 7,6% ao ano, enquanto os servidores do quadro efetivo cresceram em média 14,5% ao ano, devido, neste último caso, principalmente, ao expressivo aumento de 77,3% entre os anos de 2005 e 2006.

Comparando-se a estrutura do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a da Justiça Estadual, há o percentual de 8,9% de magistrados do TJ-MG frente ao total destes na Justiça Estadual. Ademais, os servidores do quadro efetivo representam 9,5% do total.

3.1. Pessoal do quadro efetivo por magistrado e processos por servidor

Considerando todas as instâncias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, verifica-se que há uma média de 14 servidores efetivos por magistrado. Durante o ano de 2008, tramitaram em média 324 processos por servidor, sendo que a média da Justiça estadual é de 403. Ressalta-se que no cômputo desse indicador incluem-se os servidores tanto da área meio quanto da área fim.

Figura 4 – Número de servidores do quadro efetivo por magistrado

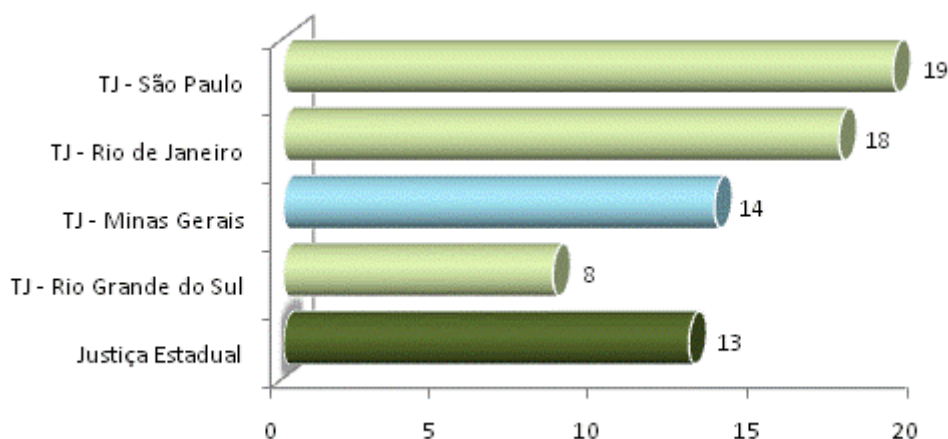
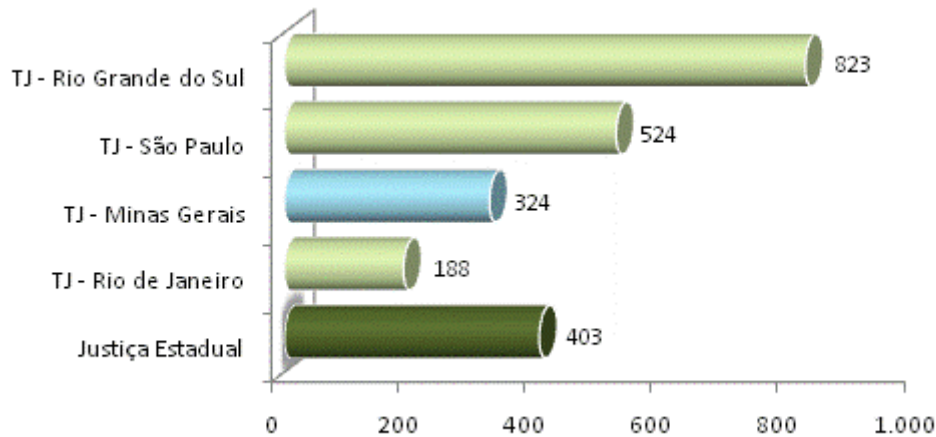


Figura 5 – Quantitativo de processos em tramitação (1º grau, 2º grau, Juizados e Turmas Recursais) por servidor efetivo



3.2 Orçamento *versus* Estrutura de pessoal e demanda processual

Comparou-se o orçamento dos tribunais com o quantitativo de processos que ingressaram no mesmo ano com o intuito de verificar se há uma correspondência entre a demanda processual e as despesas da justiça. Verifica-se que neste quesito, o TJMG possui o 2º maior gasto entre os tribunais analisados, com valor próximo ao da Justiça Estadual, com R\$ 1.099 por caso novo (Figura 6). Foram calculados também outros dois indicadores, orçamento por magistrado e orçamento por pessoal. Em ambos os casos, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais encontra-se um pouco acima da média nacional, sendo que o orçamento por servidor foi de R\$ 146 mil e orçamento por magistrado foi R\$ 2 milhões (Figura 7 e Figura 8). Ressalta-se que este orçamento inclui todas as despesas do tribunal, inclusive os gastos com bens e serviços além do gasto com pessoal.

Figura 6 – Despesa Total da Justiça por caso novo (2º grau, 1º grau, Turmas e Juizados)

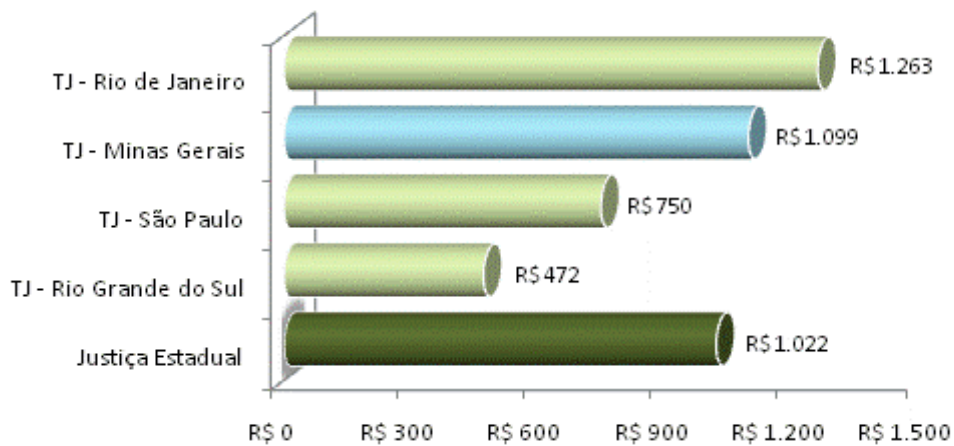


Figura 7 – Despesa Total da Justiça por servidor do quadro efetivo (2º grau, 1º grau, Turmas e Juizados)
Valores por R\$ mil

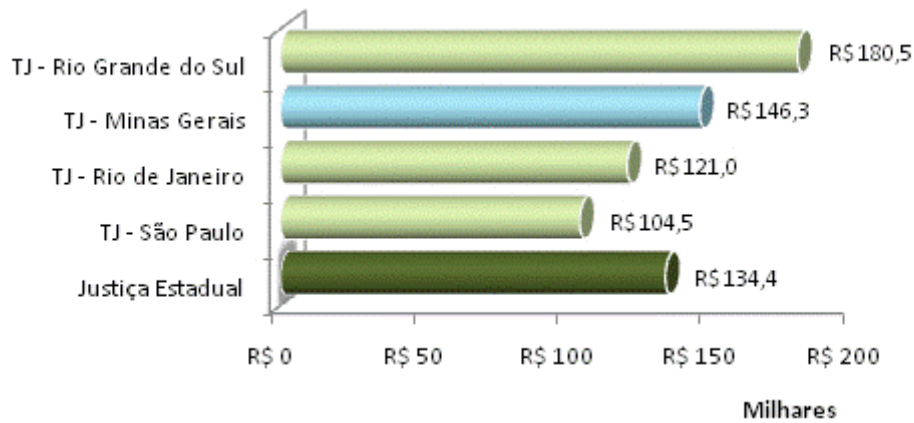
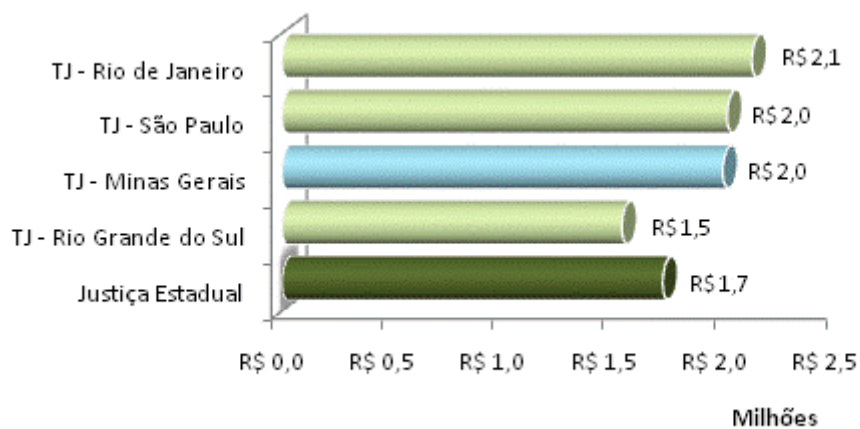


Figura 8 – Despesa Total da Justiça por magistrado (2º grau, 1º grau, Turmas e Juizados)
Valores em R\$ milhões



4. Litigiosidade 2º grau

4.1 Carga de trabalho, Taxa de Congestionamento e Casos Novos por 100 mil habitantes

Tramitaram nos Tribunais de Minas Gerais (2º grau), durante 2008, mais de 310 mil processos, dentre os quais, 211 mil ingressaram no ano em questão. Além disso, foram proferidas mais de 180 mil decisões que puseram fim ao processo no 2º grau, isto é, um pouco menos que a quantidade de processos distribuídos.

A partir dos gráficos abaixo relacionados, é possível observar que o 2º grau do Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresenta indicadores muito próximos aos aferidos para Justiça Estadual. Com a segunda maior taxa de congestionamento (41,7%) o 2º grau do Tribunal de Justiça de Minas Gerais finalizou, por ano, pouco mais de 58% dos processos que tramitaram no ano de 2008 (Figura 9). No entanto, a carga de trabalho (2.627 processos por magistrado) esteve na média dos tribunais analisados ao longo do estudo assim como o indicador de casos novos no 2º grau por cem mil habitantes (1.064 processos por habitantes).

Figura 9 - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

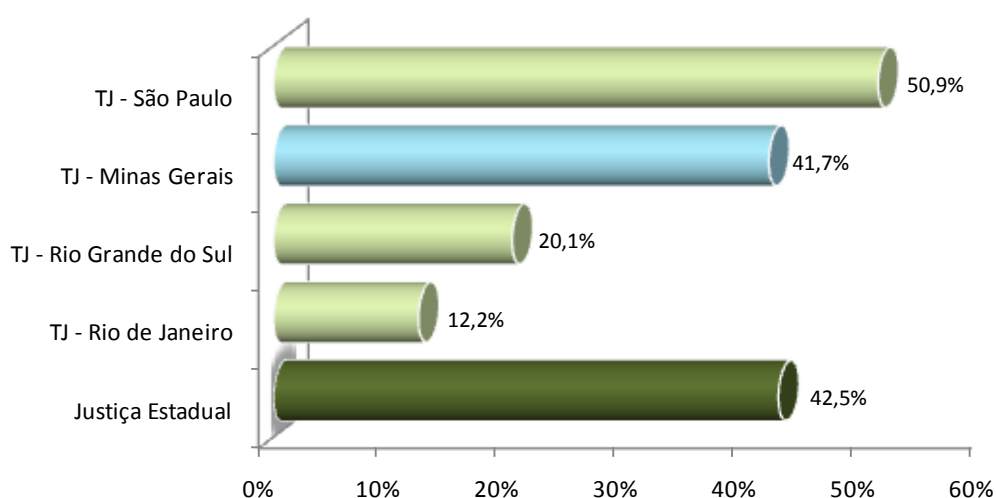


Figura 10 - Carga de Trabalho no 2º Grau

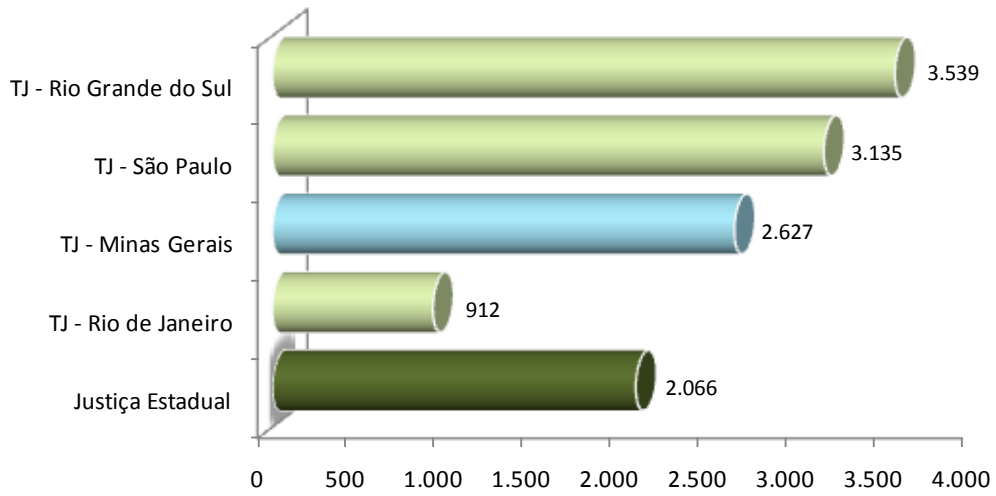
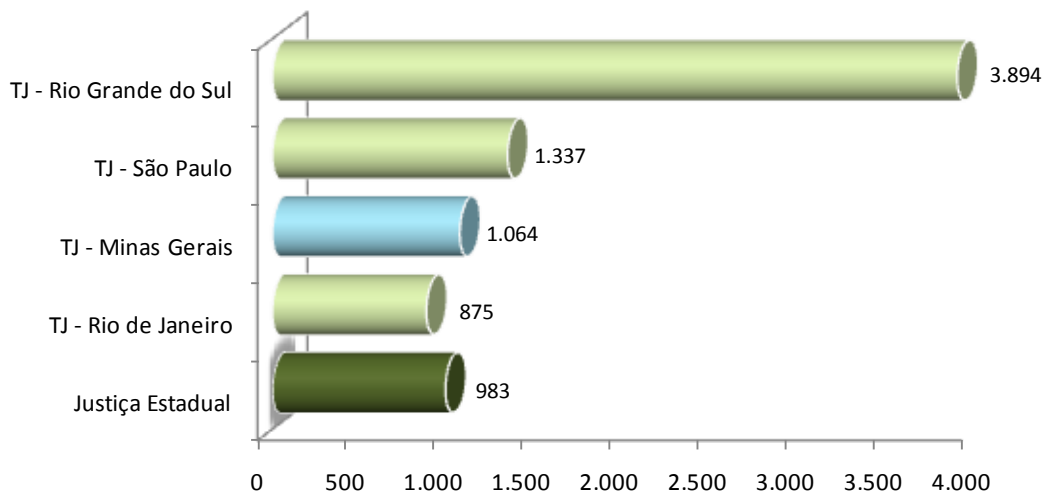


Figura 11 - Casos Novos por cem mil habitantes no 2º Grau



4.2 – Sentenças por Magistrado e Sentenças por Casos Novos

As figuras abaixo apontam que um dos motivos da instância de 2º grau do Tribunal de Minas Gerais possuir a segunda maior taxa de congestionamento entre os tribunais analisados é o fato de não conseguirem finalizar as demandas que ingressam no 2º grau no período. Apesar de sentenciarem acima da média nacional (Figura 13) de cada

100 processos ingressados no 2º grau apenas 86 foram finalizados até o final do período.

A evolução dos dados de litigiosidade no 2º grau apontam para o expressivo e contínuo aumento dos casos pendentes de julgamento, principalmente entre os anos de 2005 e 2006 – 132,2% de aumento. Assim, apesar do significativo aumento do quantitativo de sentenças (crescimento de 99,1% entre 2004 e 2008), o número de decisões proferidas não é suficiente para impactar diretamente nos casos que estão pendentes.

A partir dos dados informados em 2008, é possível estimar que no início do ano de 2009 a Justiça de Minas Gerais de 2º grau iniciou o ano com aproximadamente 130 mil processos protocolados em exercícios anteriores, que equivale a uma carga de trabalho média, para cada magistrado, de 1.095 processos antes mesmo de iniciar o recebimento de processos no ano de 2009.

Figura 12 - Sentenças por Casos Novos no 2º Grau

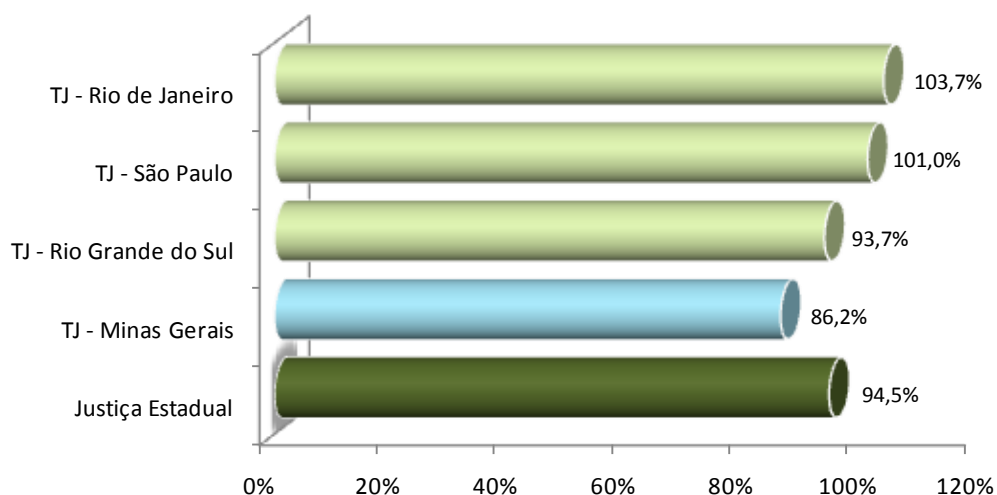
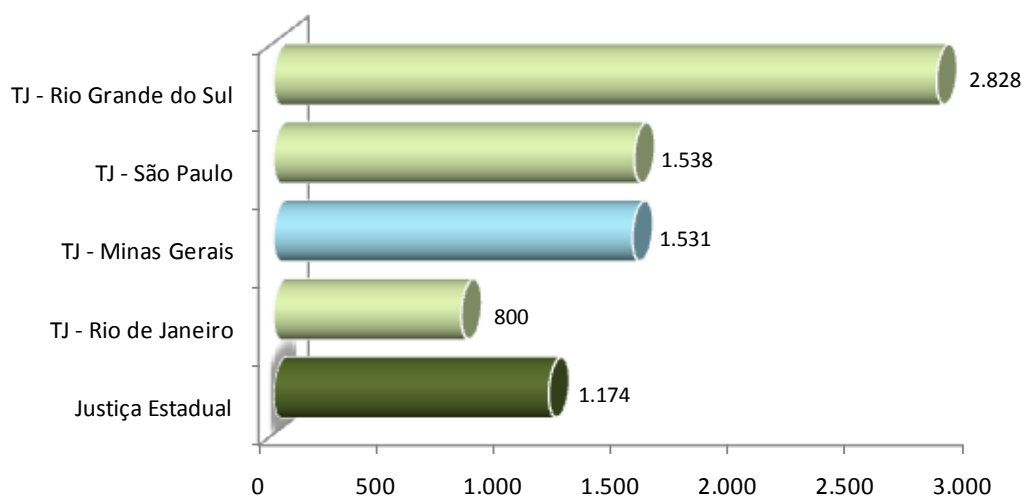


Figura 13 - Sentenças por Magistrado no 2º Grau



5. Litigiosidade 1º grau e Juizado Especial

5.1 – Carga de trabalho, Taxa de Congestionamento e Casos Novos por 100 mil habitantes

A partir dos gráficos abaixo relacionados, é possível observar que mesmo com uma alta taxa de congestionamento (63,2%) no 1º grau - Figura 14, o Tribunal de Justiça de Minas apresenta o segundo menor quantitativo de casos novos por habitante (7.839) e segunda menor carga de trabalho (4.604), e quando comparado com os demais Tribunais de Justiça encontra-se abaixo da média nacional.

A taxa de congestionamento do 1º grau e Juizado Especial do TJ-MG apresenta trajetória de queda, passando de 76% em 2004 para 63% em 2008. Tal fato foi corroborado pelo crescente número de sentenças em relação aos casos novos – de 58% em 2004 para 95% em 2008, assim como à crescente produtividade dos magistrados. A carga de trabalho, por outro lado, manteve-se quase que estável ao longo dos anos, caindo brevemente nos anos de 2004 e 2005 e voltando a crescer em 2007 e 2008, alcançando patamar parecido ao de 2004.

Cabe ressaltar que a evolução de casos novos no 1º grau e Juizado Especial apresentou-se estável de 2004 a 2008, enquanto que a despesa total da Justiça de Minas Gerais cresceu 44,2% no mesmo período.

Figura 14 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau e Juizado Especial

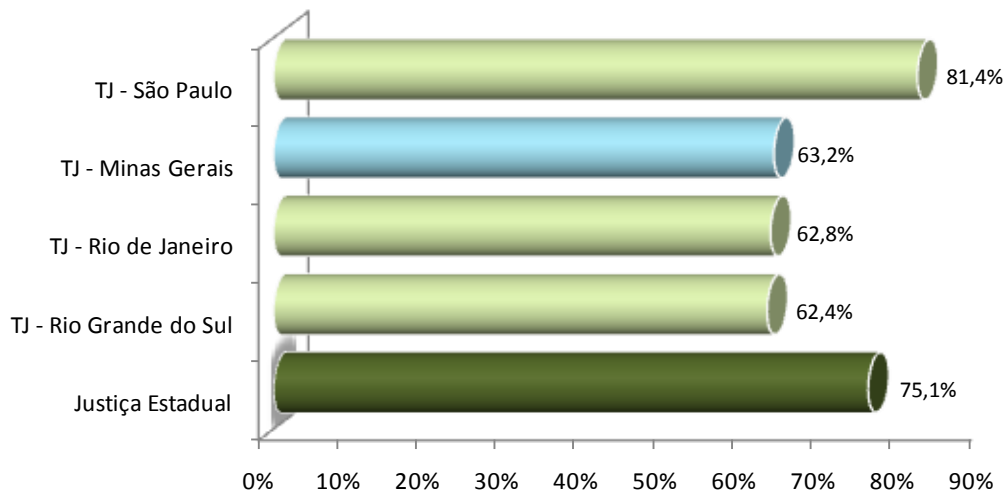


Figura 15 - Carga de Trabalho no 1º Grau e Juizado Especial

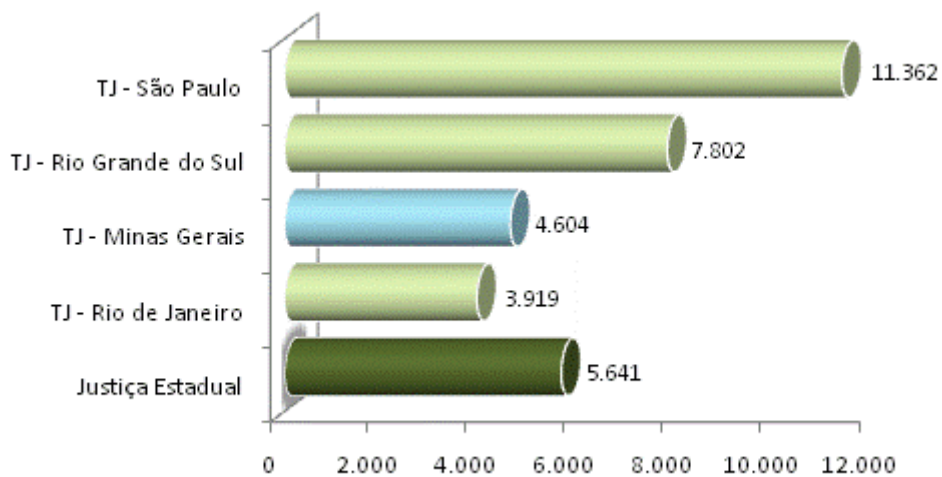
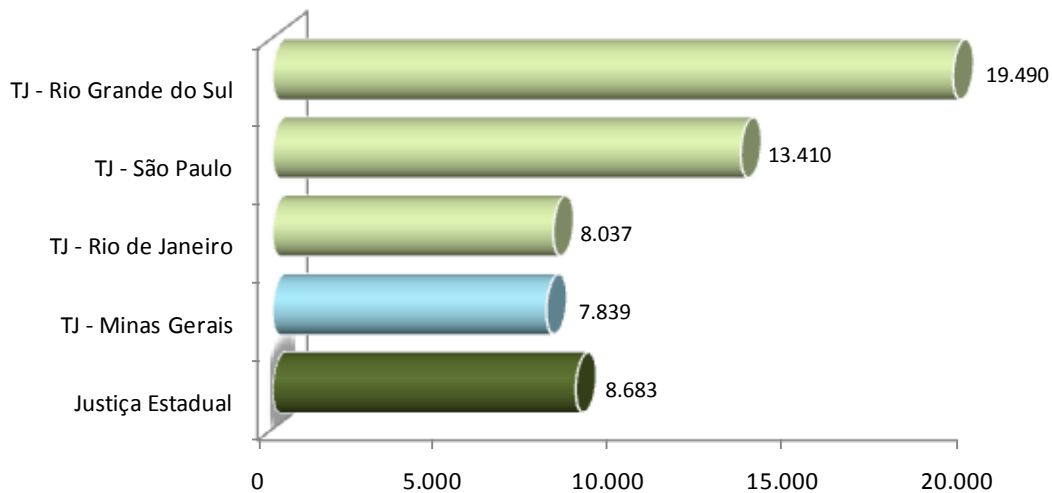


Figura 16 - Casos Novos por cem mil habitantes no 1º Grau e Juizado Especial



5.2 – Sentenças por Magistrado e Sentenças por Casos Novos

No primeiro grau e Juizado Especial da Justiça de Minas Gerais tramitaram aproximadamente 4 milhões de processos, sendo 1,55 milhão de casos novos e 2,45 milhões de casos que já estavam pendentes de julgamento. Foram julgados 1,47 milhão de processos e, assim como o observado no 2º grau, o número de entrada de novos processos é próximo ao número de sentenças, uma vez que a relação entre o número de sentenças e casos novos está próxima de 95%.

No entanto, apesar do TJ-MG possuir a maior taxa de sentença por casos novos entre os Tribunais de Justiça mencionados nesse estudo – cerca de 95% em 2008, a produtividade dos magistrados é menor que a auferida no Tribunal de Justiça de São Paulo e do Rio Grande do Sul (1.693 sentenças por magistrado). Além disso, com essa taxa o Tribunal encontra-se impossibilitado de diminuir a significativa quantidade de casos pendentes de julgamento existente nessas instâncias.

A partir dos dados informados em 2008, é possível estimar que no início do ano de 2009 a Justiça de Minas Gerais de 1º grau e Juizado Especial iniciou o ano com aproximadamente 2,5 milhões de processos de exercícios anteriores, equivalente a carga de trabalho média, para cada magistrado, de 2.911 processos antes mesmo de iniciar o recebimento de processos no ano de 2009.

Figura 17 - Sentenças por Casos Novos no 1º Grau e Juizado Especial

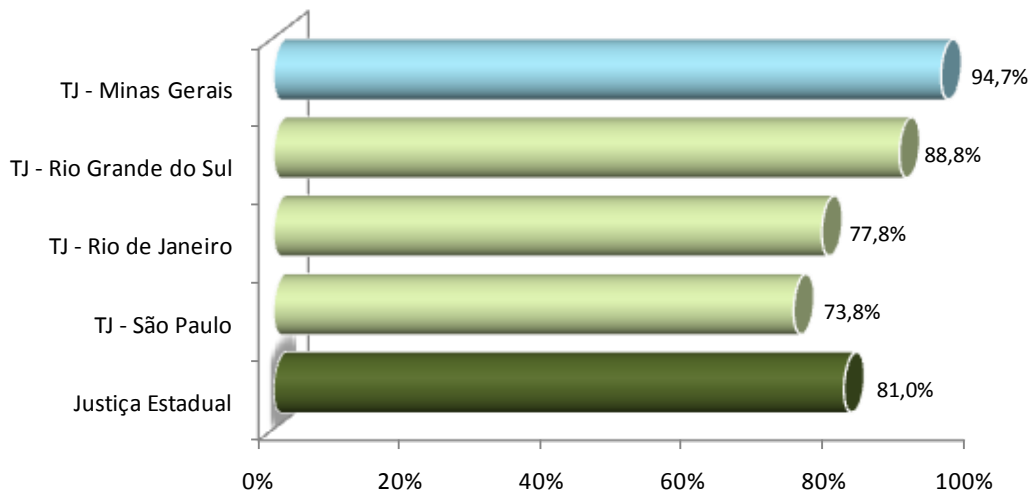
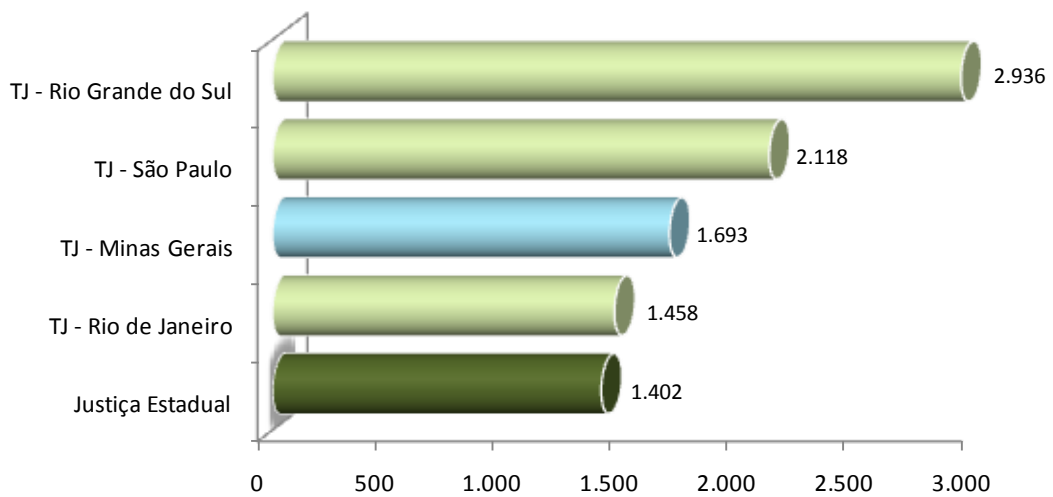


Figura 18 - Sentenças por Magistrado no 1º Grau e Juizado Especial



6. Cenários e projeções

Esta seção dedica-se à construção de cenários, com base nos dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

6.1 Cenário 1: Diminuição do quantitativo de casos novos no 2º grau a partir de 2009 e aumento da produtividade dos Magistrados

Ao analisar os indicadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais no 2º grau, foi constatado que o Tribunal detém, em geral, índices de litigiosidade melhores que a média nacional. Sua taxa de congestionamento, no ano de 2008, foi de 42%, enquanto que a média nacional figurou em 43%. A produtividade dos magistrados (número médio de sentenças proferidas por juiz) da 2ª instância foi de 1.531 sentenças, em 2008, sendo que a média de todos os Tribunais de Justiça estava em 1.174.

Assim sendo, o cenário escolhido foi modelado com o objetivo de evitar a demanda pré-processual, isto é, a evolução dos casos novos foi prevista supondo que haveria uma diminuição de 1% ao ano, devido às ações adotadas para desonerar a máquina judiciária da excessiva demanda sobre sua estrutura.

Além disso, foi previsto também um aumento no número de decisões em 5% ao ano. Apesar da alta produtividade prevista para o ano de 2015, a meta de 2.106 Decisões por Magistrado, não é impossível, pois, atualmente, cada Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julga aproximadamente 2.828 processos, conforme informado por este tribunal.

A **Tabela 1** apresenta os dados informados e publicados nos relatórios *Justiça em Números*, de 2004 a 2008. O resultado das simulações pode ser visto na **Tabela 2** e, demonstra que, caso haja, em todos os anos, o esforço para diminuição da demanda pré-processual (nesse caso quantificado em 1%), a partir do ano 2015 não haveria mais casos pendentes, pois todos os casos que ingressassem seriam julgados no mesmo ano. Isso acarretaria, também, na inexistência de congestionamento.

Tabela 1 – Série histórica 2004 a 2008 dos dados informados, TJ-MG 2º grau

Variáveis Justiça em Números	2004	2005	2006	2007	2008
Magistrados de 2º Grau	117	117	120	120	119
Casos Novos de 2º grau	144.797	160.597	169.697	192.655	211.301
Casos Pendentes de Julgamento no 2º grau	37.052	39.956	92.761	98.551	101.258
Decisões que põem fim ao Processo no 2º Grau	91.479	105.913	126.072	149.988	182.147
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	50%	47%	52%	48%	42%
Decisões por Magistrado no 2º Grau	782	905	1.051	1.250	1.531

Fonte: *Justiça em Números*.

Tabela 2 – Simulação da série histórica do TJ-MG 2º grau se fossem feitos esforços para diminuição da demanda pré-processual e aumento da produtividade dos Magistrados

Variáveis Justiça em Números	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Magistrados de 2º Grau com base em 2008	119	119	119	119	119	119	119
Casos Novos de 2º grau previstos (1)	209.188	207.096	205.025	202.975	200.945	198.936	196.946
Casos Pendentes de Julgamento no 2º grau Calculados (2)	130.412	148.346	154.625	148.792	130.366	98.840	53.682
Decisões no 2º Grau com base em 2008 (3)	191.254	200.817	210.858	221.401	232.471	244.094	250.628
Γ2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau Calculada	44%	44%	41%	37%	30%	18%	0%
Decisões por Magistrado	1.607	1.688	1.772	1.861	1.954	2.051	2.106

Fonte: *Justiça em Números*.

Obs.: (1) Casos novos estimados com base em uma redução em 1% por ano.

(2) Casos Pendentes calculados de acordo com o conceito de que os casos pendentes do próximo ano são a soma dos casos pendentes e casos novos do ano anterior, subtraído das decisões proferidas.

(3) Decisões estimadas tendo como meta aumento em 5% ao ano na produtividade dos Magistrados.

6.2 Cenário 2: Diminuição do quantitativo de casos novos no 1º grau e Juizado Especial a partir de 2009 e aumento da produtividade dos Magistrados

O 1º grau e Juizado Especial da Justiça de Minas Gerais comportam-se de maneira semelhante ao 2º grau, no que diz respeito à comparação com a média nacional; ou seja, a taxa de congestionamento, em 2008, foi menor que a média nacional (63% contra 75%, respectivamente), assim como a produtividade, que foi de 1.693 sentenças por magistrado no 1º grau e Juizado Especial da Justiça de Minas Gerais, sendo a média nacional de 1.402, no ano 2008.

Foram repetidas, então, as premissas do cenário aplicado no 2º grau da Justiça Estadual de Minas Gerais, isto é, diminuição anual de 1% no quantitativo de casos novos, de forma a refletir uma política de diminuição da demanda pré-processual, e aumento na produtividade dos Magistrados em 5% ao ano.

A **Tabela 3** apresenta os dados informados pelo Tribunal, de 2004 a 2008, de acordo com os relatórios *Justiça em Números*. A **Tabela 4** exhibe os resultados obtidos com as simulações. Como pode ser visualizado, a partir de 2009, o quantitativo de processos julgados é maior que o de processos que ingressarem, fazendo com que o número de casos pendentes de julgamento diminua a cada ano. Verifica-se no cenário abaixo que em 2015 a taxa de congestionamento da Justiça de Minas Gerais seria de apenas 16%.

Tabela 3 – Série histórica 2004 a 2008 dos dados informados, TJ-MG 1º grau e Juizados Especiais

Variáveis Justiça em Números	2004	2005	2006	2007	2008
Magistrados de 1º Grau e Juizado Especial	796	798	835	859	871
Casos Novos de 1º grau e Juizado Especial	1.573.833	1.208.218	1.422.912	1.478.344	1.556.129
Casos Pendentes de Julgamento no 1º grau e Juizado Especial	2.209.191	2.293.374	2.238.416	2.378.160	2.453.962
Sentenças que põem fim ao Processo no 1º Grau e Juizado Especial	920.591	1.133.288	1.182.112	1.327.301	1.474.406
Taxa de Congestionamento no 1º Grau e Juizado Especial	76%	68%	68%	66%	63%
Sentenças por Magistrado no 1º Grau e Juizado Especial	1.157	1.420	1.416	1.545	1.693

Fonte: *Justiça em Números*.

Tabela 4 – Simulação da série histórica do TJ-MG 1º grau e Juizados Especiais se fossem feitos esforços para diminuição da demanda pré-processual e aumento da produtividade dos Magistrados

Variáveis Justiça em Números	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Magistrados de 1º Grau e Juizado Especial com base em 2008	871	871	871	871	871	871	871
Casos Novos de 1º grau e Juizado Especial previstos (1)	1.540.568	1.525.162	1.509.910	1.494.811	1.479.863	1.465.065	1.450.414
Casos Pendentes de Julgamento no 1º grau e Juizado Especial Calculados (2)	2.535.685	2.528.126	2.427.756	2.230.857	1.933.519	1.531.625	1.020.844
Sentenças no 1º Grau e Juizado Especial previstas (3)	1.548.126	1.625.533	1.706.809	1.792.150	1.881.757	1.975.845	2.074.637
Taxa de Congestionamento no 1º Grau e Juizado Especial	62%	60%	57%	52%	45%	34%	16%
Sentenças por Magistrado no 1º Grau e Juizado Especial	1.777	1.866	1.960	2.058	2.160	2.268	2.382

Fonte: *Justiça em Números*.

Obs.: (1) Casos novos estimados com base em uma redução em 1% por ano.

(2) Casos Pendentes calculados de acordo com o conceito de que os casos pendentes do próximo ano são a soma dos casos pendentes e casos novos do ano anterior, subtraído das sentenças proferidas.

(3) Sentenças estimadas tendo como meta aumento em 5% ao ano na produtividade dos Magistrados.

Justiça em Números 2004 a 2008

Resumo – Dados Gerais 2008

- ❖ A despesa total do Tribunal de Justiça de Minas Gerais corresponde a 10,3% do gasto da Justiça Estadual em 2008.
- ❖ O Judiciário Estadual de Minas Gerais angariou, em 2008, 20% do montante arrecadado por todo o Judiciário Estadual.
- ❖ No ano de 2008, o quantitativo de magistrados do TJ de Minas Gerais correspondia a 8,9% do total de magistrados da Justiça Estadual e o quantitativo de servidores efetivos, a 9,5% do total de servidores do quadro efetivo da Justiça dos Estados.
- ❖ Do total de casos novos que ingressaram na Justiça Comum no ano de 2008, 9,6% foram protocolados no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
- ❖ De todas as Sentenças proferidas na Justiça Estadual em 2008, 11% foram provenientes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Resumo – Evolução 2004 a 2008

- ❖ A despesa total da Justiça de Minas Gerais aumentou 44,2% de 2004 a 2008. Da mesma forma, os gastos com Recursos Humanos aumentaram em 43,9%; todavia, os dispêndios com Bens e Serviços diminuíram em 49,1%. Por outro lado, o total arrecadado – que inclui custas e recolhimentos diversos e receitas de execução fiscal – majorou, de 2004 a 2008, em 103,3%.
- ❖ Na 2ª instância, houve crescente evolução processual. O número de Casos Novos somou 45,9% de 2004 a 2008, e o número de Sentenças, quase 100%, isto é, este quantitativo dobrou durante o mesmo período. Ainda assim, o quantitativo de Casos Pendentes sofreu um elevado acréscimo de 173,3% no período considerado; o qual deveu-se, principalmente, à variação de 132,2% ocorrida entre os anos de 2005 e 2006.
- ❖ A evolução da litigiosidade no 1º grau apresentou-se estável. De fato, o quantitativo de Casos Novos diminuiu apenas 2,8%, de 2004 a 2008, enquanto que as Sentenças aumentaram 56,8%. Mesmo assim, o montante de Casos Pendentes cresceu 14,8%.
- ❖ A litigiosidade total manteve-se estável durante os cinco anos considerados, no que concerne aos Casos Novos – houve um aumento de apenas 3,7% de 2004 a 2008. O quantitativo de Sentenças se elevou consideravelmente, 64,8%, refletindo, aparentemente, nos Casos Pendentes de Julgamento, que aumentaram tão-somente 14,1%.
- ❖ Comparando a evolução das despesas com a evolução processual, há de se observar que o aumento das despesas totais do Tribunal foi proporcionalmente maior que o aumento da demanda, ao longo dos anos considerados.